

## TERRITÓRIOS SILENCIADOS: SEGURANÇA E CONTROLE NUMA CIDADE “PÓS OLÍMPICA”

*SILENCED TERRITORIES: SECURITY AND CONTROL IN A “POST-OLYMPIC” CITY*

**Gabriela M. Lema Icasuriaga**

Graduação em Serviço Social pela Universidade da la República do Uruguai (1989). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997). Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005). Professora Associada DPSS/Escola de Serviço Social – UFRJ

### Resumo

A estratégia de segurança pública que teve início logo após a indicação da cidade do Rio de Janeiro para sede da Copa Mundial de Futebol em 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 entrou em colapso, deixando em evidência que conduzir a cidade ao pódio olímpico exige mais do que obras esportivas e melhorias em infraestruturas viárias, comunicacionais, serviços turísticos e aumento da hotelaria. Se a segurança pública é uma pré-condição para atrair investimentos e pessoas, a possibilidade de recuperar definitivamente espaços da cidade abandonados durante décadas pelo poder público e convertidos em *locus* da criminalidade e da desordem, exige superar a histórica forma de intervenções paliativas e temporárias.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro. Cidade. Segurança pública. Segregação

### Abstract

The public safety strategy that began shortly after the Rio de Janeiro city was nominated to host the 2014 World Cup and the 2016 Olympic Games collapsed, making it clear that driving the city to the Olympic podium requires more than which sports works and improvements in road infrastructure, communication, tourism services and hotel growth. If public safety is a precondition for attracting investment and people, the possibility of finally recovering spaces of the city abandoned for decades by the public power and converted into a locus of crime and disorder, requires overcoming the historical form of temporary and palliative interventions.

**Keywords:** Rio de Janeiro. City. Security police. Segregation

### Sumário

1. Introdução; 2. Segregação e polícia na urbanização do Rio de Janeiro; 3. Rio de Janeiro de contrastes; 4. O recente processo de intervenção urbana em segurança pública no Rio de Janeiro: Polícia Pacificadora; 5. A modo de conclusão: O fim das expectativas pacifistas; 6. Notas; Referências

## 1. INTRODUÇÃO

A pacificação da cidade do Rio de Janeiro iniciada pelo poder público em 2009 contou com o apoio de capitais privados e foi legitimada por um sentimento coletivo de “euforia e patriotismo”, anelando unir, definitivamente, o morro e o asfalto, levando “a paz” e trazendo a mais preciosa mercadoria, terra urbanizável e valorização imobiliária, em espaços seguros, limpos, ordeiros e silenciados. Há época da sua implementação não havia espaço para vozes dissonantes, a população em geral, fortemente conduzida pela mídia, aferrou-se ao que considerava a mais inovadora política de segurança pública numa cidade cansada de intervenções falidas. Menos de uma década após a articulação do maior consenso que a cidade do Rio de Janeiro já assistira em vistas da recuperação urbanística, econômica e social, presenciamos o desmoronamento dessa ilusão democrática pela mão das velhas práticas autoritárias e corruptas, deixando a cidade no caos de uma conflagração armada, e a população no anseio de um futuro que nunca chegou.

Nesta abordagem escolhemos uma retrospectiva à história dos principais momentos que configuraram a cidade do Rio de Janeiro e nos deteremos na iniciativa pacificadora das favelas cariocas, tecendo algumas considerações sobre os desacertos que levaram ao seu desmonte e atual estado de conflagração que atinge todos os espaços da cidade.

Devemos esclarecer que o estado do Rio já tinha experimentado outros modelos alternativos de policiamento, como o Policiamento Comunitário no Morro da Providência e em Copacabana ou, mais recentemente, o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), sendo uma das maiores críticas a todas as modalidades a falta de recursos, articulação de investimentos e continuidade.

Recorremos também alguns documentos que foram elaborados para dar voz às denúncias dos moradores de territórios visados para as mega intervenções urbanísticas pelas que passou a cidade do Rio, assim como outras cidades do Brasil escolhidas para sede da Copa do Mundo de Futebol. Artigos jornalísticos e de especialistas também formam parte das referências deste pequeno artigo, porém não foi feita revisão bibliográfica exaustiva sobre a temática que está além dos objetivos do presente trabalho.

## 2. SEGREGAÇÃO E POLÍCIA NA URBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

A fragmentação urbana como expressão de contrastes no tecido social e suas evidências urbanísticas não se inicia com a eleição do Brasil e do Rio de Janeiro para sediar a copa do mundo de futebol e as olimpíadas. O processo de segregação urbana se instala no Brasil, assim como nos demais países latino-americanos, com a introdução de formas de espoliação, do território e seus habitantes, que fundaram um modo de produção cujo principal intuito é a acumulação de riquezas. As formas adotadas historicamente por esse modo de produção mudaram ao longo do tempo mantendo sua principal engrenagem na exploração do trabalho humano e da natureza. É nesse arranjo das relações sociais de produção que a mercadorização da natureza, principalmente da terra, irá imprimir formas de habitar as cidades diretamente relacionadas às capacidades econômicas e políticas de acesso a terra

e aos atributos urbanos a ela relacionados: infraestrutura, transporte, serviços etc.

No Brasil o marco legal incorporado com a Lei de terras de 1850 é também um marco temporal para o ingresso às cidades de contingentes despossuídos dos meios de vida no campo, libertos e população pobre de modo geral, irão buscar nas periferias urbanas espaços marginais fora do mercado e do controle estatal.

O estado brasileiro só irá se preocupar com a reprodução da vida da massa trabalhadora em alguns momentos da história do desenvolvimento econômico e o fará de modo segmentado e excludente (mão de obra do campo, da cidade, dos serviços, da indústria etc). Em vários momentos da história urbana é possível identificar os representantes do Estado estabelecendo aliança com os setores mais dinâmicos do empresariado - (local ou estrangeiro), industrial, agrícola, financeiro, imobiliário – e mais recentemente com os chamados “organismos internacionais” para adequar os espaços urbanos às exigências estruturais e de fluxos necessários ao desenvolvimento de atividades produtivas e de circulação de mercadorias, bens e serviços.

O território urbano, principalmente as grandes cidades brasileiras, passou a ser gerido através de ações de higienização/controlado policial, urbanização/valorização imobiliária e tem como resultado um processo crescente de segregação. O poder policial está presente com atribuições de política pública de controle e organização territorial urbana desde o século XIX e, mesmo com mudanças significativas no alcance das suas atribuições, não tem alterado a forma violenta de confronto com a população residente nas áreas mais desprovidas de urbanização.

A favelização no Rio, como fenômeno social, teve início entre o fim do século XIX e começo do século XX, e se mantém até os dias atuais. Durante essa trajetória podemos identificar momentos diferenciados na sua evolução, que vão de intensa proliferação de assentamentos, adensamento e verticalização, mas que não tem parado de crescer inclusive com taxas acima da média do conjunto da cidade.

As favelas, mesmo tendo passando por violentos processos para sua eliminação, alguns com deslocamentos de sua população para conjuntos habitacionais em áreas longínquas, outros simplesmente visando erradicar população e moradias, são uma forma de habitar a cidade que tanto se expandiu em morros centrais, quanto ocupou locais planos inapropriados para residência, como mangues, pântanos, encostas e áreas públicas abandonadas e de pouco valor para o capital imobiliário. De todo modo, a formação de cada favela e sua relação com o espaço circundante tem suas particularidades que não são objeto do presente trabalho.

### **3. RIO DE JANEIRO DE CONTRASTES**

A cidade de Rio de Janeiro pode ser caracterizada como um espaço produtivo e residencial com elevado grau de segmentação e segregação, inclusive em espaços contíguos, que se evidencia em traços marcantes de formas muito diferenciadas de ocupação do solo urbano e também de habitação. Conta com uma extensa periferia urbana, e um visível contraste entre territórios contíguos que partilham de um mesmo espaço geográfico, abrigando

ao mesmo tempo áreas nobres e periféricas, demonstrando processos de fragmentação social, com a presença de numerosas e densas favelas. A distribuição geográfica de equipamentos e serviços públicos intensifica o desequilíbrio social entre, de um lado, áreas bem dotadas, inclusive com alto nível de sofisticação, e, de outro, áreas com carência crítica, nas quais os serviços básicos não foram sequer previstos.

O combate ao tráfico de drogas nas favelas cariocas não é tema novo. Desde a década de 1970, e com maior força na década seguinte com a entrada da cocaína no Brasil e no Rio de Janeiro, não por acaso o reduto territorial do mercado ilegal de drogas tem sido o local de habitação de amplas camadas de população pobre. Estes espaços, à margem da cidade, das políticas e serviços urbanos e sem qualquer presença do Estado, e desde sempre estigmatizados como locais da pobreza, da ilegalidade e da marginalidade, foram se convertendo em solo fértil para construir as trincheiras de outro esquema de poder.

O tráfico se instalou, desenvolveu sua atividade comercial, construiu redes de comércio, proteção e defesa, que em muito se assemelham a um exército de guerrilha. No início, ainda com certo arraigo nas comunidades pobres das quais eram oriundos, exerceram o papel de proteção e assistência que o Estado nunca cumpriu; com o passar do tempo, as guerrilhas entre diferentes fações de traficantes foram ganhando novos redutos em comunidades “inimigas” e o laço humanitário com o território se esgarçou, chegando a ser tão hostil para sua população quanto o poder de polícia no “asfalto”, na cidade “legal”.

As incursões policiais para combater ações do tráfico de drogas foram caracterizadas por violentas investidas, sem distinção entre criminosos e moradores das favelas, estes últimos, convertidos em não cidadãos, desprovidos de qualquer direito de ir e vir, ou mesmo da “inviolabilidade” do seu lar, sujeitados a revistas íntimas e de seus lares, também tiveram que assumir o silêncio imposto pelo poder dos traficantes, quando não forçados a pequenos serviços de lealdade à facção.

Durante décadas foi travada uma guerra sangrenta que levou ao agravamento da segregação sócio espacial entre moradores do “asfalto” e do “morro”. Os danos se contabilizam em milhares de mortos, culpados e inocentes, enormes perdas materiais e uma população de mais de um milhão de cidadãos cariocas refém do arbítrio de forças armadas, que de lados opostas espalham o terror há quase quarenta anos.

A alma “romântica” do morro, essa que se canta e se dança, que se exporta em cartões postais e atrai milhares de turistas todo ano, é a expressão mais bela de uma população abafada, discriminada e humilhada, a qual se negam os direitos mais elementares e se colocam todo tipo de obstáculos para suas atividades de sobrevivência. Trabalhadores do morro não chegam ao trabalho quando tem “tiroteio” na favela, criança não vai à escola, doente não procura um posto de saúde, também não se recebe carta pelo correio, nem o serviço de limpeza recolhe o lixo.

Essas incrustações de abandono urbano assolaram a imagem de políticos e gestores, cujas intervenções públicas em favelas oscilaram entre a remoção e algumas práticas elementares de urbanização, que mesmo quando aconteceram foram muito aquém das necessidades essenciais para habitar a cidade e garantir acesso aos bens e serviços social-

mente produzidos, inclusive pelos favelados. Num contexto de dinâmicas recessivas para o conjunto da cidade, que se alastrou desde a perda de sua condição de capital nacional e centro das principais atividades administrativas do Estado, acompanhado pela queda de investimentos assim como por um forte processo de desindustrialização, terceirização de políticas e serviços públicos e aumento na precariedade da força de trabalho, esse período agudizou os efeitos históricos do padrão seletivo de investimentos públicos em equipamentos e serviços urbanos.

Desde a década de 1990, a cidade do Rio de Janeiro aguarda e se prepara para acolher grandes eventos que dinamizem a economia e tragam investimentos, seguindo à risca os ditames dos organismos internacionais e consultores em planejamento e gestão urbana.

Uma dezena de planos estratégicos municipais, orientados por experts internacionais e nacionais, buscaram conjugar as micro intervenções urbanas a um plano geral para concorrer no circuito internacional e disputar grandes eventos e investimentos internacionais que recolocassem o Rio de Janeiro entre as seletas cidades globais.

De fato, muitos eventos internacionais se sucederam desde inícios dos anos 90 do século passado: a Eco 92, os Jogos Pan-americanos de 2007, a Jornada Mundial da Juventude, entre outros, até que finalmente a candidatura para o Mundial de futebol e as tão sonhadas Olimpíadas (terceira vez que era apresentada a proposta brasileira) foram conquistadas e a cidade do Rio de Janeiro ganhou indiscutível destaque por vários anos consecutivos. Assim começa a ganhar musculatura toda uma engrenagem de articulações entre instâncias de governo, empresariado, mídia e população. Os planos começam a sair do papel e a cidade se transforma num verdadeiro canteiro de obras com vista a receber os anelados Mega eventos. É no bojo dos preparativos que a segurança pública irá ocupar um lugar de destaque com a proposta de um novo tipo de intervenção na cidade.

## **4. O RECENTE PROCESSO DE INTERVENÇÃO URBANA EM SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO: POLÍCIA PACIFICADORA**

O combate ao tráfico de drogas, de preferência localizado nas favelas do Rio, não é um tema novo. Desde a década de 1970 e principalmente na década seguinte, com a entrada de cocaína, a fortaleza territorial do mercado de substâncias psicoativas foram as favelas localizadas nas proximidades da Serra do Mar, que margeia as áreas mais valorizadas da cidade, nas Zonas Sul e Norte.

As intervenções policiais para combater as ações de narcotráfico foram caracterizadas por confrontos violentos com grandes perdas humanas entre traficantes, polícias e habitantes inocentes, sem outro vínculo com eventos criminais além de compartilhar espaços para pobres, expropriados todos os seus direitos, até impedidos de se mover livremente. Esta “guerra” mais ou menos silenciosa por décadas, levou ao agravamento da segregação sócio espacial entre os habitantes do “asfalto” e do “morro”, uns com visível melhora e acesso privilegiado aos benefícios da urbanização, enquanto outros nem sequer são reconhecidos como tendo direitos fundamentais de cidadania.

As intervenções propostas pelas agências de segurança pública têm sido objeto de inúmeros debates acadêmicos e organizacionais, incluindo o chamado policiamento comunitário, que precede a atual estratégia da polícia de pacificação.

Imediatamente após a conquista da cidade para os megaeventos, uma nova estratégia de segurança pública entrou em ação para cumprir um dos pré-requisitos para liderar a cidade na conquista de seu pódio olímpico. Essa iniciativa visou a recuperação e pacificação de territórios, que estavam sob o controle de grupos armados de traficantes, inicialmente de forma similar ao que vinha sendo feito na cidade. Porém, a introdução de táticas de aproximação com as comunidades e as propostas de fortalecimento de políticas públicas nos territórios sustentou a acolhida de um “novo modelo” de segurança pública.

As ações de “pacificação” propostas pelo Secretário de Estado de Segurança Pública basearam-se no conceito de policiamento comunitário, um tipo de trabalho conjunto entre as instituições da área de segurança e as organizações e órgãos já atuantes no território para o qual se destinavam. Um conceito que aponta para um mecanismo baseado em princípios de solidariedade, cooperação e confiança, muito distanciados das práticas cotidianas às quais estão submetidas as populações chamadas a participar. Esses moradores convivem com formas de ocupação territorial baseadas na violência armada e na sujeição tanto por parte do tráfico, como das milícias ou das corporações militares. Os indivíduos que compõem os efetivos policiais e militares tampouco tinham referências de atuação, nem treinamento para se adequarem ao “novo modelo” de policiamento de proximidade. Ambos os desafios estiveram presentes desde o início da implantação das Unidades de Política Pacificadora (UPP’s).

O processo de ocupação militar e a posterior instalação das UPP’s começaram no final de 2008, mais precisamente em dezembro desse ano, na comunidade de Santa Marta, um dos morros ocupados por favela na parte sul da cidade, localizada no bairro de Botafogo, um espaço residencial e comercial tradicional da classe média do Rio de Janeiro, caracterizado por sua extensa rede de serviços educacionais e de saúde, principalmente privados, e também pela concentração de instalações culturais e uma grande concentração de bares e restaurantes.

Santa Marta, historicamente um espaço residencial para prestadores de serviços domésticos e atividades relacionadas à construção, ocupa uma área montanhosa de difícil acesso e construções características das favelas do Rio de Janeiro, com passagens estreitas entre as moradias, que mal comportam tortuosas escadas para os transeuntes. Uma população pacífica e trabalhadora, participante ativa do movimento cultural popular, conta com duas importantes associações carnavalescas, que conseguiram sobreviver às várias tentativas de erradicação de favelas da Zona Sul da cidade, em parte por sua capacidade de organização e mobilização; porém, não foi isenta da entrada do tráfico de drogas na década de 1980, inclusive tendo alguns dos expoentes mais conhecidos nas páginas policiais dos meios de comunicação de massa<sup>1</sup>.

Esta favela, com aproximadamente 10 mil habitantes, foi a primeira escolhida para a nova modalidade de intervenção pública em segurança urbana. Uma experiência de baixo

impacto e grande visibilidade, cujo sucesso abriu caminhos de continuidade para a implantação de uma política de segurança que conjugasse estratégias de atuação militar e ações sociais e culturais ligadas a políticas públicas.

O Morro Dona Marta, localizado em Botafogo, na zona sul carioca, está na moda. A comunidade recebeu entre outubro e novembro de 2009 diversas visitas ilustres, entre elas, a cantora Madonna, o cônsul geral dos Estados Unidos, Dennis Hearne, e a alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, a sul-africana Navi Pillay. Tantos holofotes para uma favela que já foi comandada por Marcinho VP, um dos traficantes mais procurados do Rio nos anos 90, tem um motivo: a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Instalado em dezembro do ano passado, o projeto inédito expulsou o tráfico, trouxe a ocupação permanente da Polícia Militar e transformou o lugar em vitrine do atual governo estadual na área de segurança pública. (A. Dezan, iG Rio de Janeiro, 21/12/2009.)

Cidade de Deus localizada na Zona Oeste da cidade, perto de Barra da Tijuca, um bairro que surgiu com a última expansão residencial da elite e onde se planejava instalar o maior número de equipamentos para os Jogos Olímpicos e copa do mundo, foi a segunda favela a ser ocupada pela nova estratégia militar, seguida da instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora. A característica mais peculiar desta favela, já retratada em romance e em cinema<sup>2</sup>, foi sua construção planejada pelo Estado para acolher moradores de favelas removidas em outros espaços da cidade, causando enormes conflitos de relações entre vizinhos, somado à falta de serviços urbanos básicos e equipamentos essenciais<sup>3</sup>. A seguir, foi a comunidade “Jardim Batan”, também na Zona Oeste, construída à margem da principal via de acesso ao litoral noroeste da cidade. Esta comunidade já estava ocupada militarmente há mais de um ano quando a UPP foi instalada.

Em fim, cada UPP foi uma experiência singular que conta sua história atrelada ao espaço social e territorial do fragmento urbano onde foi localizada. A tabela a seguir especifica as localidades e as datas onde foram instaladas, entre dezembro de 2008 e julho de 2014. Existem inúmeras pesquisas sobre aspectos diversos a respeito das UPPs, algumas independentes, outras encomendadas pelo governo do estado do Rio de Janeiro. Algumas enfatizam aspectos das escolhas norteadoras da sua localização, buscando mostrar a relação entre esses dispositivos de segurança e as áreas da cidade sujeitas a valorização imobiliária, outras pesquisas incidem sobre a percepção de segurança/insegurança dos moradores das favelas onde foram instaladas as UPPs, e ainda também é possível distinguir pesquisas orientadas à opinião dos efetivos militares que receberam algum tipo de treinamento específico para o programa em questão.

Permita o leitor um pequeno desvio, somente para exemplificar a pouca confiabilidade das pesquisas sobre este assunto: realizei no ano de 2013 um exercício de tipo *survey* com alunos de graduação numa favela com UPP desde 2011, na qual sempre fui muito bem acolhida pois já tinha realizado atividades de extensão por um período prolongado, incluindo reuniões com moradores, organizações locais, associação de moradores e, inclusive, com presença do comandante da UPP. O questionário não era direcionado para questões de segurança e sim para o acesso a serviços urbanos de saúde, educação e transporte, porém continha perguntas sobre a percepção da violência no morro. Foi nítida a dificuldade dos moradores para responder às questões sobre presença de tráfico armado, ou abuso de autoridade das forças policiais. Morador de favela sabe do que pode e não pode falar, é co-

municativo e gosta de contar a história do lugar e da sua vida, mas é profundo conhecedor dos códigos que se manejam no interior daquele espaço e sabe que o silêncio foi sempre seu melhor aliado.

### Unidades de Polícia Pacificadora instaladas no Rio de Janeiro (cidade e região metropolitana)

<b>UPPs Instaladas:</b>	<b>Data</b>	<b>Área da cidade</b>	<b>UPPs Instaladas:</b>	<b>Data</b>	<b>Área da cidade</b>
Santa Marta	19.12.2008	Zona Sul	Alemão	30.05.2012	Zona Norte
Babilônia e Chapéu Mangueira	10.06.2009	Zona Sul	Chatuba	27.06.2012	Zona Norte
Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	23.12.2009	Zona Sul	Fé e Sereno	27.06.2012	Zona Norte
Tabajaras e Cabritos	14.01.2010	Zona Sul	Parque Proletário	28.08.2012	Zona Norte
Escondidinho e Prazeres	25.02.2011	Zona Sul	Vila Cruzeiro	28.08.2012	Zona Norte
Rocinha	20.09.2012	Zona Sul	Jacarezinho	16.01.2013	Zona Norte
Vidigal	18.01.2012	Zona Sul	Manguinhos	16.01.2013	Zona Norte
Cerro-Corá	03.06.2013	Zona Sul	Barreira do Vasco e Tuiuti	12.04.2013	Zona Norte
Borel	07.06.2010	Zona Norte	Caju	12.04.2013	Zona Norte
Formiga	01.07.2010	Zona Norte	Arará e Mandela	06.09.2013	Zona Norte
Andaraí	28.07.2010	Zona Norte	Lins	02.12.2013	Zona Norte
Salgueiro	17.09.2010	Zona Norte	Camarista Méier	02.12.2013	Zona Norte
Turano	30.10.2010	Zona Norte	Cidade de Deus	16.02.2009	Zona Oeste
São João, Matriz e Quieto	31.01.2011	Zona Norte	Batan	18.02.2009	Zona Oeste
Macacos	30.11.2011	Zona Norte	Vila Kennedy	23.05.2014	Zona Oeste
Mangueira	03.11.2011	Zona Norte	Providência	26.04.2010	Centro
Nova Brasília	18.04.2012	Zona Norte	Coroa, Fallet e Fogueteiro	25.02.2011	Centro
Fazendinha	18.04.2012	Zona Norte	São Carlos	17.05.2011	Centro
Adeus e Baiana	11.05.2012	Zona Norte	Complexo da Mangueirinha	07.02.2014	Baixada Fluminense

Fonte: elaboração própria com dados do Programa de Segurança Pública do Governo do estado do Rio de Janeiro, disponíveis em: <<http://www.upprj.com>>



## 5. A modo de conclusão: O fim das expectativas pacifistas

As Unidades de Polícia Pacificadora, nas 38 favelas onde foram instaladas até 2014, começaram a colapsar no primeiro ano do segundo mandato do então governador do estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral. Embora continuassem funcionando com enorme apoio da mídia e de boa parte da população do “asfalto”, a cada dia ficou mais difícil de abafar as denúncias sobre os excessos de violência registrados nas favelas por parte do efetivo policial.

A ocupação do complexo do Alemão foi o momento mais espetacular do processo de pacificação. Televisado em direto pela rede Globo assistimos à fuga programada dos criminosos diante de uma demonstração de equipamentos militares que a grande maioria da população carioca jamais imaginou. Isto ocorreu ao mesmo tempo em que os questionamentos sobre a ausência da contrapartida social do programa começavam a ganhar destaque e as remoções de moradores de favela se intensificaram.

As denúncias veiculadas pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro se saturavam de violações de todo tipo acometidas contra a população moradora das favelas ocupadas. Violações à vida física e material das pessoas, remoções em todos os espaços da cidade, sob a justificativa das grandes obras que a cidade anelava e que foram feitas a revelia da lei, sem indenizações, nem protocolo legal. O Dossiê “Megaeventos e violações aos Direitos Humanos no Brasil” elaborado pela articulação dos Comitês em nível nacional está cheio de revelações sobre os abusos e atrocidades cometidos em nome dos grandes investimentos e das exigências das cidades sedes atingirem os padrões internacionais.

O ápice das denúncias de abusos de violência policial foi o desaparecimento do pedreiro Amarildo em julho de 2013, na favela da Rocinha, ocasionando grande mobilização contrária à política de segurança do estado. No momento dessa atrocidade por parte dos efetivos policiais da Rocinha, o Rio ainda estava no lastro das manifestações de junho de 2013, violentamente reprimidas, porém contrastando com a violência nas favelas e nas remoções. Não há violências melhores ou piores, violência é condenável em qualquer situação, porém os métodos da violência nas manifestações do asfalto são bem diferentes no morro, a letalidade da bala de borracha é diferente da bala de chumbo. Porém, como expressa Vainer (2014) “A repressão mostrou a sua verdadeira face: ela tem uma dimensão de criminalização da pobreza, mas a outra e inseparável dimensão desta repressão é a criminalização da ação política”.

Os abusos do poder, que se justificaram por trás dos eventos esportivos e da renovação urbana, não tardaram em mostrar sua cara mais obscena: a farra de dinheiro público e de dívidas contraídas com as organizações internacionais dos eventos esportivas. Políticos e empresários presos e respondendo a processos por corrupções de todo tipo, incluindo o ex-governador do estado do Rio de Janeiro e vários integrantes da administração estadual e empresários que se empenharam na construção da cidade olímpica. Também não ficaram de fora membros dos comitês organizadores dos eventos esportivos.

O rastro de falência a tão somente um ano da finalização das olimpíadas deixa a mostra que as cifras de dinheiro (público e privado) que circularam no Rio de Janeiro nos

últimos dez anos não se consolidaram em “legado urbano”. Repete-se a dinâmica histórica de investimentos na cidade, que resulta na melhora considerável para os que já gozam de todos os privilégios de localização e se amplia o abismo urbano com os mais pobres.

As UPPs começam a ser desmontadas neste ano, sem que a venda nem o consumo de drogas tenha diminuído, os serviços e melhorias urbanas que chegaram aos territórios “pacificados” são pontualmente cobrados aos moradores pobres que continuam a enfrentar as consequências do sucateamento em serviços essenciais de saúde, educação, transporte, tampouco a paz reina nas favelas nem no asfalto, os índices de criminalidade aumentam a cada dia e o poder público falido não consegue equacionar a ordem na cidade. O lamentável episódio vivenciado nas últimas semanas na Rocinha, que trouxe o exército, a aeronáutica e a marinha para a cidade, numa demonstração de força e armamentos próprios para a guerra, reforça os argumentos dissidentes a essa política, abafados como “antipatrióticos” e que ainda persistem em afirmar que a única forma de segurança urbana é romper com a “geografia das desigualdades no território” (Malaguti, 2011).

Por enquanto a forma histórica segregacionista de produzir o espaço urbano ainda persiste e se aprofunda a cada intervenção desprovida dos reais interesses do morador da cidade. Os gestores da cidade, com seus modelos “importados” e seus assessores internacionais, estão perigosamente de costas aos seus “eleitores”.

## 6. NOTAS

1. A exemplo de Márcio Amaro de Oliveira, conhecido como Marcinho VP, quem comandou o tráfico de drogas na comunidade Santa Marta e é reconhecido como um dos principais líderes da facção Comando Vermelho do Rio de Janeiro. Este traficante ganhou certa notoriedade pública por ter participado de acordos para a visita e gravação de um clip de Michael Jackson e, também, por ter sua biografia publicada em livro em coautoria com o reconhecido periodista Cacco Barcelos.

2. A favela Cidade de Deus tem sido objeto de vários trabalhos acadêmicos e periodísticos, assim como do romance homônimo de Paulo Lins, adaptado ao cinema num filme dirigido por Fernando Meirelles, que relata a chegada do tráfico de drogas à favela.

3. Esta favela, atualmente com cerca de 120 mil habitantes foi criada pelo governador Carlos Lacerda (1962 – 1965) para alojar moradores de mais de 60 favelas removidas da cidade pelo poder público, algumas de forma violenta e criminosa.

## REFERÊNCIAS

CANO, Ignacio (coord.) **Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPS) no Rio de Janeiro**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2012.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMÍADAS. Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos. Disponível em: <[http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/06/dossie\\_megaeventos\\_violacoesdedireitos2012.pdf](http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/06/dossie_megaeventos_violacoesdedireitos2012.pdf)>

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Maio de 2013. Disponível em: <[http://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie\\_comitepopularcoparj\\_2013.pdf](http://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf)>

DEZAN, Anderson. Último Segundo - IG Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br>>. Acesso em: 21 dez. 2009.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Avaliação do impacto do policiamento comunitário na Cidade de Deus e no Dona Marta. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2009. Mimeografado. Disponível em: <[www.fgv.br/fgvprojetos](http://www.fgv.br/fgvprojetos)>

IBSP (2010) **Pesquisa sobre a percepção acerca das unidades de Polícia Pacificadora**. Pesquisa PR 004-10-UPP-25.01. Relatório de Pesquisa. Janeiro de 2010. Mimeo.

ICASURIAGA, Gabriela Lema. **Fim de linha: Transporte e Segregação no Rio de Janeiro**. 2005. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, PPGSS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Acessível em: <[http://teses.ufrj.br/ESS\\_D/GabrielaMariaLemalcasuriaga.pdf](http://teses.ufrj.br/ESS_D/GabrielaMariaLemalcasuriaga.pdf)>

MALAGUTI BATISTA, Vera. O Alemão é muito mais complexo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS CRIMINAIS, 17., 2011, São Paulo. **Texto apresentado**. São Paulo, 23/07/2011. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/156732856/O-Alemao-e-muito-mais-complexo-Vera-Malaguti>>

VAINER, Carlos. **Rio promove limpeza urbana e será mais desigual em 2016**. Viomundo, Rio de Janeiro, 2014. Entrevista concedida a Dario de Negreiros. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/carlos-vainer-com-pretexto-dos-megaeventos-rio-promove-limpeza-urbana-e-sera-cidade-mais-desigual-em-2016.html>>. Acesso em: 05 fev. 2014.